



A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO COLONIAL (1500-1822)

Lucicleide Araújo Rodrigues¹; Kétsia Ferreira Viana Bezerra Dias²; Valéria de Araújo Lima³

¹Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – lucicleidearaujo727@gmail.com; ²Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – diasketsia@gmail.com; ³Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – valériaaraujo1941@gmail.com

Resumo: O presente artigo, trata-se de estudo bibliográfico sobre como ocorreu o processo de educação dos povos indígenas no período colonial (1500- 1822), no qual os índios educavam suas crianças de modo espontâneo e integral, educação essa que se dava continuamente por toda a vida, isto é, mesmo depois de adultos, os nativos continuavam a ser educados, pois eles viviam em comunas, ou seja, comunidades alicerçadas numa economia natural e de subsistência no qual todos tinham direitos iguais e viviam sobre a base da propriedade comum da terra. É importante visualizar esse processo e as consequências trazidas com este até os dias atuais, para melhor compreendemos a ideia de aculturação e doutrinação que estavam intrínsecas no decurso educacional da época. Desse modo, a educação não era dividida por classes ou gênero, pelo contrário, todos tinham acesso a ela, a única diferença estava na distribuição do que aprendiam. Partindo deste estudo, destacamos alguns momentos da Educação no Brasil e seus respectivos acontecimentos como: As ordens religiosas que se instalaram no Brasil e suas características; os Jesuítas e os seus métodos de ensino; a reforma na educação no período Pombalino; a educação no período Joanino, o resultado das mudanças educacionais e suas contribuições para o sistema educacional vigente. O presente estudo acadêmico, caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com base nos teóricos Calhau (2010), Ribeiro (1992), Saviani (2008), dentre outros com a perspectiva de compreender o contexto histórico da educação indígena no período colonial, o começo da mudança educacional, reflexões acerca da situação educacional da época e o resultado desta educação para os povos indígenas.

Palavras-chave: História da Educação, Educação Indígena, Período Colonial.

Introdução

Neste artigo iremos falar sobre a Educação Indígena no Período Colonial (1500- 1822), no qual os índios educavam suas crianças de modo espontâneo e integral por toda a vida, isto é, mesmo depois de adultos os índios continuavam a ser educados, pois eles viviam em comunas, ou seja, comunidades alicerçadas numa economia natural em que todos tinham direitos iguais e viviam sobre a base da propriedade comum da terra. Os indígenas, correspondem ao “comunismo primitivo”, não eram comunidades estruturadas em classes, pois apropriavam-se de forma coletiva dos meios necessários à sua subsistência. A educação não era dividida por classes ou gênero, pelo contrário, todos tinham acesso a ela, a única diferença estava na distribuição do que aprendiam. Desse modo, como apontado por Saviani (2007, p. 38), “observa-se que os conhecimentos e técnicas sociais eram acessíveis a todos, não se



notando qualquer forma de monopólio. A cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contratos primários no interior da vida cotidiana”.

Metodologia

O percurso metodológico utilizado na presente pesquisa para alcançar o objetivo de compreender o contexto histórico da educação indígena no período colonial, se fundamenta no estudo bibliográfico sobre o tema com base nos teóricos Calháu (2010), Ribeiro (1992), Saviani (2007), dentre outros a partir dos estudos da História da Educação no Brasil. Para tal, utilizamos como fonte os livros: “Existe mesmo uma educação para o povo?” de Socorro Calháu, “História da educação brasileira: a organização escolar” de Maria Luísa Santos Ribeiro, “História das ideias pedagógicas no Brasil” de Demerval Saviani, “História da educação no Brasil” de Sebastián Sánchez, e também artigos científicos acadêmicos que discorriam sobre o tema em questão. Nessa perspectiva, ressalta-se o caráter qualitativo da pesquisa em questão, que visa alcançar melhor compreensão sobre a educação no período supracitado.

A organização das comunas como indícios de apropriação de conhecimentos

A Educação Indígena iniciava-se desde cedo, por meio da organização social das comunas em que habitavam, meninos e meninas tinham tarefas distintas. As crianças do sexo masculino até 7-8 anos adestravam-se no uso do arco e da flecha e outros tipos de folguedos e jogos e as meninas até 7 anos adestravam-se nos jogos infantis em tarefas como fiação de algodão e amassando barro. Os meninos dos 8 aos 15 anos deixavam de depender da mãe e começam a acompanhar o pai, que se torna o modelo para a vida adulta e as meninas de 7 aos 15 anos passa a depender mais da mãe, que será sua mestra e modelo para aprender a semear e plantar, a fiar e tecer, fazer farinhas e vinhos, cozinhar e preparar alimentos.

Rapazes de 15 aos 25 anos, participavam ativamente nas expedições guerreiras, na caça, na pesca, fabricação do arco e flecha e prestando serviços na reunião dos velhos e as moças de 15 aos 25 anos, auxiliavam as famílias nas atividades femininas, de forma prática. Os homens de 25 aos 40 anos casados eram admitidos no dando de guerreiros. Participavam das reuniões com os velhos, sendo assim, tinham acesso à memória da sociedade e as mulheres de 25 aos 40 anos casadas ocupavam-se das atividades domésticas e cuidavam diretamente da educação dos filhos. Podiam participar de várias cerimônias em conjunto com os homens.

Por fim, os homens de 40 anos em diante, podiam tornar-se chefes e líderes guerreiros e chegar a condição de pajé. De caráter exemplar, era responsável de transmitir as tradições e orientavam os mais jovens e as mulheres de 40 anos em diante assumiam um papel de destaque



presidindo os trabalhos domésticos, carpindo os mortos e exercendo função de mestra para as mais jovens.

Partindo deste estudo, destacamos os períodos da educação indígena e seus respectivos acontecimentos histórico presentes no contexto social, como: as ordens religiosas que se instalaram no Brasil; os Jesuítas e os seus métodos de ensino; a reforma na educação no período Pombalino; e a educação no período Joanino. Além de explicitar as consequências provenientes desse processo educacional para os povos indígenas, como veremos no tópico a seguir.

Educação indígena

Grande parte dos historiadores, afirmam que a história da educação brasileira se iniciou com a chegada dos primeiros Jesuítas em 1549, sob o comando do Padre Manoel de Nóbrega. Ao afirmar isso, esquecem que os primeiros moradores que aqui viviam (os índios), também educavam suas crianças de modo espontâneo e integral, mas ainda não se sabe muito sobre essa educação dada aos nativos nessa época, entretanto, sabemos que ela se dava por toda a vida, isto é, mesmo depois de adultos os índios continuavam a ser educados, eles viviam em comunas, comunidades que viviam numa economia natural e de subsistência.

Não havendo, em geral, distinção de Classes sociais, não havia dominação de uns sobre os outros e, conseqüentemente, não havia aprendizado da superioridade de alguém sobre a inferioridade ou subordinação dos outros. Não havia competição nem concorrência, mas predominava a colaboração mútua. Nos períodos de abundância todos se beneficiavam e gozavam da fartura. Nos períodos de escassez todos sofriam as conseqüências por igual (SÁNCHEZ, 2016, p. 48).

A educação não era dividida por classes ou gênero, pelo contrário, todos tinham acesso a ela, a única diferença estava na distribuição do que aprendiam, por ser uma sociedade coletiva, unida por laços de sangue, composta por indivíduos livres em que todos tinham direitos iguais e viviam sobre a base da propriedade comum da terra. “A menina acompanhava a mãe nas tarefas próprias à mulher e os meninos acompanhavam os homens nas tarefas próprias aos homens” (SÁNCHEZ, 2016, p. 48). Os índios aprendiam pela força da tradição, de forma espontânea e não programada, até que tudo mudou com a influência dos ensinamentos jesuítas em sua cultura fazendo com que estes, mesmo sem perceber, perdessem parte de seus costumes. “Nesse sentido, o colonizador apaga um tanto da memória discursiva indígena e institui outra com novas marcas, uma vez que é dinâmica e flexível” (CALHÁU, 2010, p. 33).



As ordens religiosas e a educação colonial

Os primeiros missionários a chegarem ao Brasil foram os Franciscanos, eles chegaram na mesma frota que Cabral e celebraram a primeira missa na nova terra, mas logo foram embora, depois disso, no período de 1516 a 1534, novos grupos aqui voltaram, alguns foram mortos, como exemplo dos que fixaram residência em Porto Seguro, e outros conseguiram desenvolver uma grande ordem catequética, como os espanhóis na região sul do Brasil, eles constituíram o regime de internato e ensinavam além da doutrina diversos ofícios, como por exemplo, lavrar a terra. Na sequência, outros Franciscanos chegaram em diversas regiões do Brasil.

Em 1585, foi fundada em Olinda a primeira custódia do Brasil com o Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda. Tanto os Franciscanos quanto os Jesuítas, tiveram um papel importante na atual cultura do povo brasileiro, mas, como houve uma predominância jesuítica, eles tiveram maior influência na história da educação brasileira. Outra ordem religiosa que chegou ao Brasil no século XVI foram os Beneditinos, instalando-se no Salvador com a intenção de construir um Mosteiro e, posteriormente se expandiram construindo outros em Olinda, Rio de Janeiro, Paraíba e São Paulo.

Os Beneditinos não tinham a intenção de instruir inicialmente, mas, com a população que se instalou ao redor do Mosteiro o fizeram, então surgiram os Colégios de São Bento. Outras ordens religiosas também se fizeram presentes no território brasileiro, porém, não conseguiram um papel relevante na educação, ao contrário disso, os Jesuítas com o apoio da Coroa Portuguesa e das autoridades coloniais, exerceram o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização.

Os Jesuítas

O noviço José de Anchieta foi o mais conhecido entre os primeiros Jesuítas que aqui chegaram. Ele foi Mestre no Colégio de Piranga e Missionário em São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e esteve à frente da Companhia de Jesus Como Provincial de 1579 a 1586. Em 1570, a obra jesuítica já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo) e três Colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia), com 21 anos da presença dos Jesuítas, eles já haviam se instalado do norte ao sul, principalmente nas regiões litorâneas.

Percebe-se, por estes poucos fatos, que a organização escolar no Brasil-Colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses. Antes disso, em decorrência do estágio primitivo em que se encontravam as populações indígenas, a educação não



chegara a se escolarizar. A participação direta da criança nas diferentes atividades tribais era quase que suficiente para a formação necessária quando atingisse a idade adulta (RIBEIRO, 1992, p.20).

Inicialmente as escolas funcionavam de acordo com o plano de estudos de Manoel de Nóbrega, nele a aprendizagem iniciava com o português e passava pela doutrina cristã, depois disso eram encaminhados para as escolas de ler e escrever, onde também tinham acesso ao canto orfeônico e a música instrumental, só a partir daí, passavam a receber uma formação profissional e agrícola e, aprendiam a língua latina. A partir de 1599, as escolas Jesuíticas passaram a ser reguladas pelo documento intitulado Ratio Studiorum. Neste documento, escrito por Inácio de Loiola, haviam regras que deviam ser seguidas pelos professores e todos que faziam parte das instituições de ensino.

É importante destacar que os jesuítas trabalhavam em duas frentes: de um lado serviam para atender os órfãos portugueses e os filhos da elite colonial, onde esses depois de concluir a educação oferecida no Brasil, eram encaminhados a metrópole para concluir seus estudos; de outro lado estavam as reduções (Missões), que tinham por dever converter os índios em cristãos, religiosamente tementes a Deus e fielmente obedientes ao Rei, assim sendo, os bandeirantes, não poderiam escravizá-los, pois, passariam a ser súditos do Rei.

Nas Missões, os Jesuítas eram responsáveis pela organização dos aldeamentos, tendo como objetivo garantir a ocupação do território e a reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico. Para facilitar o convívio e poder introduzir sua cultura religiosa, os Jesuítas aprenderam a falar o Tupinambá (língua do mar), língua falada pela maior parte das tribos que vivam na Costa brasileira, no intuito de levar aos índios os ensinamentos da Bíblia, começaram por aprender sua língua, uma vez que não interessava aos nativos aprender outra língua que não fosse a sua, tampouco desejavam esquecer seus costumes e religiões. No Brasil, a redução mais conhecida foi a de São Miguel Arcanjo, localizada no Rio de Janeiro.

[...] com a aprendizagem do tupinambá e o inculcamento da religião católica, gerou-se uma 'terceira esfera simbólica' entre a teologia cristã e a crença tupi, uma vez que era grande a distância entre os imaginários religiosos de ambos, colonizador e índios [...] E assim, no movimento de aprender as línguas indígenas, portugueses, espanhóis e índios fazem surgir as línguas gerais indígenas, no intuito de fazer com que pessoas de línguas diferentes pudessem se comunicar (CALHÁU, 2010, p. 33-34).

Educação Jesuítica para com os nativos

Dentro dos aldeamentos, o grande objetivo em termos educacionais, era a conversão dos índios. Primeiro, introduziam o ensino elementar organizado em classes para contar, ler (soletrar), escrever e rezar em Latim, com as crianças, os padres recolhiam o material para a



organização da língua e conseguiram ampliar sua obra catequizadora ensinando-as canções, que mais tarde eram repetidas para seus parentes. A música foi um dos primeiros métodos utilizados pelos padres Jesuítas para a educação dos indígenas e através dela, eles conseguiram a atenção e a simpatia dos índios. Faziam uso dos instrumentos nativos e compunham na língua indígena, músicas que falavam do Deus Cristão.

O teatro e a dança, também foram outros recursos utilizados para educar os nativos, da mesma forma que as músicas falavam do Deus Cristão, eles realizavam peças na língua Tupi ou em português para falar dele, dos santos e anjos também. Comemoravam datas do calendário cristão, convidando os índios para celebrar com eles através da dança, utilizando esses métodos como atrativos para realizar sua catequese. A maioria dos índios nem percebiam, mas, aos poucos com a música e o teatro e a dança, os padres estavam introduzindo na sua rotina, comportamentos e rituais tipicamente cristãos.

Em 1752, os Jesuítas foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal (Primeiro Ministro de Portugal). Eles já possuíam no território brasileiro, 25 residências, 36 missões e 17 Colégios e Seminários. Nesse contexto, fica caracterizado que a educação no período da colonização é marcada principalmente pela exploração da terra, aculturação, submissão forçada dos índios a cultura europeia e catequização dos índios na fé cristã.

Reforma Pombalina de Educação (1760- 1808)

Com a expulsão dos Jesuítas, pouca coisa da prática educativa restou no Brasil, os 17 Colégios, as 36 missões, os Seminários menores e escolas elementares, paralisaram suas ações. Continuaram funcionando apenas o Seminário de Episcopal localizado no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição Jesuítica, a Escola de Artes e Edificações Militares na Bahia e a Escola de Artilharia no Rio de Janeiro. Para Pombal, a educação Jesuítica não convinha aos interesses do Estado.

Na tentativa de substituir o sistema de ensino Jesuítico, Pombal reformulou a educação.

Seu projeto pedagógico está constituído de algumas dessas propostas, tais como: secularização do ensino; valorização da língua portuguesa; papel e importância do estudo do latim, realizado por intermédio da língua portuguesa (uma das razões do estudo do latim era a possibilidade de simplificar e abreviar a duração dos estudos); redução do número de anos destinados aos estudos nos níveis de ensino inferiores, visando fundamentalmente aumentar o número de ingressos nos cursos superiores; apresentação de um plano de estudos para todos os níveis de ensino, do fundamental (que se inicia a partir dos sete anos de idade) até os níveis superiores de ensino; disciplinas que compõem sua proposta pedagógica são, em sua maioria, literárias, tais como:



português, latim, retórica, poética e filosofia (lógica, moral, ética, metafísica e teologia), direito (direito civil e direito canônico), medicina (anatomia), grego, hebreu, francês, italiano, anatomia, física (aritmética e geometria); proposta de escola pública e gratuita para toda a população portuguesa, como medida de reduzir o analfabetismo da sociedade portuguesa (MACIEL; NETO, 2006, p. 5).

O ensino então passou a ser dirigido pelos Vice-Reis nomeados por Portugal, e foi instituído o subsídio literário, imposto destinado a manutenção dos ensinos primário e médio. O Ministro pretendia promover a substituição dos tradicionais métodos pedagógicos instituídos pelos Jesuítas, por uma nova metodologia educacional condizente com sua realidade e o momento histórico vivenciado, isto é, ele pretendia que as escolas portuguesas tivessem condições de acompanhar as transformações que estavam ocorrendo naquele momento e, que fossem condizentes com os ideais iluministas. Esta situação educacional sofreu outras mudanças com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

Período Joanino (1808- 1821)

O período Joanino iniciado em 1808, permitiu uma nova ruptura com a situação educacional anterior. Dom João VI, abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia, pois até então, toda e qualquer atividade de imprensa, fosse a publicação de jornais, livros ou panfletos, era proibida. Esta era uma peculiaridade da América Portuguesa, pois, nas demais colônias europeias no Continente, a imprensa se fazia presente desde o século XVI.

[...] tais criações se revestiram de um aspecto bastante positivo: o de terem surgido de necessidades reais do Brasil, coisa que pela primeira vez ocorria, embora essas necessidades ainda tenham sido em função ser o Brasil sede do reino. Isto representa uma ruptura com o ensino jesuítico colonial [...] a vinda de D. João ocasionou para Salvador e Rio o mesmo que o Seminário de Olinda para sua região. Quanto à tal ruptura, tem que se ter sempre em vista que não foi total, já que não houve reformulações nos níveis escolares anteriores e que o tratamento dado ao estudo da economia, biologia, etc. Seguiu padrões mais literários (retóricos) que científicos (RIBEIRO, 1992, p.41).

Em função disso, começaram a se desencadear grandes forças renovadoras em busca de transformar a antiga colônia, como relata Ribeiro:

[...] desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes que, daí por diante, afirmar-se-ão cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma. Será um processo demorado _em nossos dias ainda não se completou_, evoluindo com intermitências e através



de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos (PRADO apud RIBEIRO, 1992, p. 39).

A partir desta nova realidade (o Brasil como sede da Coroa portuguesa) se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual geral, como: a criação da Imprensa Régia (13-5-1808), Biblioteca Pública (1810_ franqueada ao Público em 1814), Jardim Botânico do Rio (1810), Museu Nacional (1818). Em 1808 circula o primeiro jornal (A Gazeta do Rio), em 1812, a primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura), em 1813, a Primeira Revista carioca_ O Patriota (RIBEIRO, 1992, p. 40).

Com isso, forma-se então a estrutura do ensino imperial composta por três níveis: Primário; Ginásio (ensino secundário); e o Superior. “A obra de D. João, antes de tudo ditada pelas necessidades imediatas do que sugerida por qualquer modelo, lembra sob certos aspectos a obra da Revolução Francesa” (AZEVEDO Apud RIBEIRO, 1992, p. 42).

[...] estava presente a ideia de um ‘sistema nacional de educação’ em duplo aspecto: graduação das escolas e distribuição racional por todo o território nacional. É assim que em seu art. 250 declara: Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locais (RIBEIRO, 1992, p. 44).

Breve reflexão acerca a educação indígena no período Pombalino (1760-1808) e Joanino (1808-1821)

Percebe-se que esses dois últimos períodos relatados (Pombalino e Joanino), contribuíram muito para a formação da educação atual, porém, para que isso acontecesse a população indígena teve de sofrer duras penas. Eles tiveram sua cultura invadida pelos ensinamentos catequizadores jesuíticos e, com a expulsão deles muitas tribos também foram dizimadas e com elas sua história e cultura original. A aculturação sofrida pelos nativos modificou o processo natural de aprendizagem indígena que consistia em transmitir ensinamentos adquiridos de um para o outro, dos mais velhos para os mais novos, de geração a geração.

Nesse período de 1760 a 1822, não se teve uma educação voltada para os índios, a educação era oferecida a elite, a eles restou apenas a escravidão e, as tribos que resistiam eram exterminadas. Hoje, são poucas as tribos existentes e mesmo nessas é possível ver com clareza, as marcas deixadas por essa época, principalmente em aspectos educacionais. Os nativos já não falam apenas a sua língua de origem, falam também o português (quando não falam apenas o português), usam roupas, tem costumes diferentes, vivem em reservas, ou seja, nem uma terra que seja deles, eles têm direito. O Governo criou órgãos para sua proteção, mas será que essa proteção não tem no fundo, o mesmo objetivo que as missões realizadas pelos Jesuítas tiveram? Ou seja, com essa maneira de proteger, ir aos poucos introduzindo neles os seus dogmas. Essas atitudes são algo a se refletir.



Considerações finais

Diante do exposto, esta pesquisa foi uma oportunidade de conhecer melhor sobre esse período, que tanto influenciou na educação que existe atualmente. Neste, foram criadas as primeiras e grandes instituições de ensino, mas, por outro lado o mesmo teve seu início marcado pela exploração, aculturação e submissão forçada dos índios em relação à cultura europeia e pela catequização dos mesmos na fé Cristã.

Em tempos de ensino escolarizado, a sociedade alcançou várias conquistas principalmente no período Joanino, onde se houve uma ruptura maior com o ensino Jesuítico. Na escola atual, ainda é possível encontrar semelhanças entre os métodos de ensino utilizados naquela época, isso mostra quão importante esse período foi em relação a construção do ensino escolar que temos hoje. Um exemplo desta influência, refere-se a estrutura base do sistema educacional vigente, que reflete a estrutura do ensino imperial inerente ao período Joanino.

Apesar dos avanços e transformações educacionais, não se pode negar as perceptíveis e drásticas consequências aos povos indígenas. Estes, tiveram sua cultura “roubada” e foram submetidos a cultura dos colonizadores. Além disto, no Período Joanino, o direito a educação lhes foram tirados sendo transformados em meros escravos. Nos dias atuais, as tribos indígenas estão quase desaparecendo e em sua grande maioria, encontramos traços da doutrinação que se iniciou ainda durante esse período colonial.

Referências

CALHÁU, Socorro. *Existe mesmo uma educação para o povo?* In: _____; COSTA, Renato Pontes. “... e uma educação pra o povo, tem?”. Rio de Janeiro: Caetés, 2010.

BARAGLIO, Gisele Finatti Baraglio. **História da educação no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/giselefinattibaraglio/histria-da-educao-no-brasil-8567078>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022006000300003>. Acesso em: 20 mar. 2016.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/mario_frs/histria-da-educao-brasileira-maria-luisa-santos-ribeiro>. Acesso em: 07 set. 2017.

SÁNCHEZ, Sebastián. **História da educação no Brasil**. Campina Grande, 2016.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/dermeval-saviani-historia-das-ideias-pedagogicas-no-brasil-2a-ed.html>> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759). In: **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (p.32-59)